

Memórias e testemunhos documentais no contexto das coleções especiais e arquivos do Lugares de Memória da UFBA

Maria Alice Santos Ribeiro
Joseane Oliveira da Cruz

INTRODUÇÃO

O homem da Antiguidade, ao sentir a necessidade de se comunicar, realizou esse ato através de desenhos em pedras, evoluindo para a escrita em papiro, couro e papel. Com o passar dos séculos, a importância da comunicação foi se tornando cada vez maior e com isso começaram a surgir os aparelhos de comunicação como rádio TV, gravadores etc. e as mídias sociais, que nos dias atuais permitem a comunicação através da internet.

Essas transições dos suportes da escrita possibilitaram a evolução social e cultural na civilização. E o armazenamento desses registros escritos deu origem às bibliotecas, aos arquivos e aos centros de documentação, que não só representavam *status*, mas também, a consolidação de memórias que podiam ser perdidas de uma geração a outra, caso não se pensasse na sua preservação. A linguagem da escrita, portanto, possibilitou registrar e passar adiante a cultura por diversas gerações subsequentes. E os documentos nos seus variados suportes materiais, como fontes e registro de informação possibilitaram a representação, o testemunho e contextualização da memória da humanidade.

Este texto, utilizando-se das experiências e informações condizentes com os acervos arquivísticos e bibliográficos do espaço informacional Lugares de Memória da Universidade Federal da Bahia (UFBA), propõe abordar questões sobre patrimônio bibliográfico, custódia de acervos e arquivos privados em ambiente universitário e, a importância da preservação para a história e a memória cultural de uma sociedade. Por conseguinte, este texto está composto pelas seguintes seções: “Lugares de Memória: um cenário de informação”; “Arquivos: fios de memórias e testemunhos de vida”; “Documentos de memória e a preservação digital para o não esquecimento”; e “Considerações”.

Lugares de memória: um cenário de informação

Para demarcar o contexto, iniciamos esta seção refletindo a propósito da palavra “lugares”, como um determinado espaço no qual o indivíduo encontra condições que o estimule a desenvolver uma relação de identidade e afetividade com o ambiente,

resultando em lembranças e memórias, sejam elas em parte sejam ao todo.

Alusivo à consciência, para Nora (1993, p. 9), “[...] a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente [...]” cuja essencialidade conduz a evocação do pretérito. Igualmente é passível de consideração que as memórias individual e coletiva, podem advir em algum lugar que lhes imprimem uma referência e, as mudanças empreendidas nesses lugares consecutivamente acarretam mudanças na percepção da realidade e de vidas na qual permanecerão registradas.

Nesse ponto de vista, a memória é reconstituída no presente, a partir do resgate de vivências do passado sobre o qual se deseja refletir e entender e, mesmo sabendo que conceitos como memória e identidade estejam, intrinsecamente, ligados vale aqui considerar que os processos memorialísticos remetem a uma dimensão social e, por extensão, institucional. Busca-se, contudo, ressaltar e perceber que o valor simbólico atribuído aos saberes, documentos, artefatos entre outros custodiados pelas instituições de memória, parte de sua significância como patrimônio, estando os mesmos, portanto, vinculados à história e a memória individual e/ou coletiva. (RIBEIRO; CORREA, 2020)

No âmbito do patrimônio, vale destacar que a concepção antropológica de cultura provocou a ampliação do conceito de patrimônio, ultrapassando a ideia de bens materiais, imateriais, naturais ou construídos por uma pessoa ou um povo. Na Declaração do México, apresentada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 1985, a noção de cultura como patrimônio adquiriu maior dimensão. A cultura, inserida no contexto de patrimônio, passa a ser entendida como modelos de organização simbólica do gênero humano,

construída historicamente de forma dinâmica e ininterrupta, ampliando seu construto a partir dos saberes de grupos, de uma sociedade ou sobre outras sociedades. Engloba maneiras de o ser humano viver, pensar e se expressar, reconhece como sistemas de valores e tradições as manifestações simbólicas dos seus cerimoniais, saberes e práticas.

Em razão da finalidade e das condições, lugares especiais e de memória intermediam e contribuem para preservação do patrimônio, da memória e da produção da história. Para Pierre Nora (1993), esses “lugares de memória” são instituições produtoras, detentoras ou custodiadoras de acervos bibliográficos, arquivísticos e museológicos de valor. Nesses espaços possíveis de estudos e pesquisas, encontram-se memórias reproduzidas através de elementos, sejam eles pessoais ou institucionais, que investem no simbolismo e na lembrança.

Conquanto inaugurado em 2015, o Lugares de Memória retrata, por meio do seu acervo especial, o passado e o presente da primeira universidade baiana. E, no que se refere ao futuro, tem a missão de preservar não só a memória institucional da UFBA, mas, também, contribuir para resguardar a história política, social e cultural da Bahia, uma vez que a Universidade está associada com a história deste Estado desde a vinda da Família Real ao Brasil e a institucionalização do Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, ocorridos simultaneamente entre os anos de 1807 e 1808.

Com a compreensão das multifaces que a biblioteca ao longo do tempo tem se apresentado, o espaço resguarda em distintos ambientes um patrimônio bibliográfico, arquivístico, museológico e artístico de inigualável riqueza histórico-cultural, que na sua maioria procedem da incorporação de bibliotecas institucionais, da doação e da compra de bibliotecas privadas, de objetos e arquivos institucionais e privados. Este perfil de agregar diversos

“objetos de memória” em seu espaço condiz com ponto de vista de Cataldo e Loureiro (2019, p. 17) ao considerar que “objetos contam sua própria história e a história das instituições ou pessoas que os possuem ou possuíram”, devendo ainda considerar as relações que se estabelecem entre a memória e questões que envolvem os lugares, identidades, tempos e poderes.

Dividido em representativos espaços informacionais: Estudos Baianos, Arquivo Histórico e Memorial UFBA, nesses setores, encontram-se acervos de coleções especiais de diversificadas procedências, sejam privados ou institucionais e, variadas tipologias documentais publicadas nos séculos XVIII e XIX. “As coleções são representações de memória, e trazem em si valores atribuídos por seus colecionadores”. (RIBEIRO, 2010) Em muitas obras, tem-se a possibilidade de identificar, inclusive, seus proprietários por apresentar as marcas de propriedade dos pesquisadores, professores e ex-alunos.

Dentre os mais antigos acervos a ser incorporados, estão os das escolas e unidades de ensino superior, constituídas quando da criação da Universidade da Bahia (UBA), estabelecida em 8 de abril de 1946, através do Decreto-Lei nº 9.155. (TOUTAIN; SILVA, 2010) O longo conjunto de obras, provenientes das bibliotecas da UBA, atualmente compõe a especial Coleção de obras valiosas, impregnada de elementos referenciais e marcas de proveniência, onde cada objeto de informação carrega evidências “[...] como suporte de memórias que guardam em si falas e trajetórias [como testemunhos documentais]”. (CATALDO; LOUREIRO, 2019, p. 17) O material bibliográfico utilizado para o ensino e os documentos normativos de instalação e gestão da Universidade da Bahia (UBA), em formato de publicação impressa, contam a história da gestão e são fontes de informação essenciais para testemunho e interpretação das disciplinas

e dos currículos do ensino superior da época. Agregados a esse grupo, igualmente, acha-se as publicações seriadas – periódicos, boletins, jornais etc. – cujo valor de patrimônio bibliográfico e documental desperta na comunidade acadêmica um sentimento coletivo de preservação de memória, identidade e pertencimento.

A UBA, em 1968, foi reestruturada como autarquia federal e passa a denominar-se Universidade Federal de Bahia (UFBA) nos termos da lei e do seu estatuto, o que possibilitou a ampliação de cursos de graduação e a implantação de cursos de mestrados e doutorados. Naturalmente, essa nova formação institucional também instigou uma mudança na política de formação das coleções bibliográficas.

Dentre as coleções especiais, a Coleção de teses e dissertações, representa a principal memória institucional da universidade no que condiz ao perfil das pesquisas desenvolvidas na UFBA. Imbuído pelo atributo de patrimônio documental, uma vez que são produzidas com base acadêmico-científica, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFBA, essa relevante coleção de depósito obrigatório retrata a historiografia e a trajetória da UBA (1946-1950) e da UFBA (1950-), nos aspectos científicos, culturais e políticos.

Para Oliveira (1985, p. 3) citado por Nardino e Caregnato (2005, p. 384), obras raras podem ser conceituadas em duas “[...] categorias: obras comprovadamente raras e obras circunstancialmente raras”. A Coleção de obras raras do Lugares de Memória (séculos XVI ao XVIII), inserida na primeira categoria, enquadra-se nas obras impressas até o final do século XVIII, cuja produção e esforço nas etapas de fabricação eram todas artesanais.

A riqueza de informação nessas obras raras resultou no projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) 2017/2018 “Estudo das representações sociais dos séculos XVI a XVIII nas obras raras do Lugares de Memória do SIBI/UFBA”

(2018). O projeto teve como proposta a análise de conteúdo, cujo estudo de determinados termos, construções e referências nos “discursos” podem revelar ao investigador, a perspectiva social, religiosa, econômica e política do Brasil Colônia, descritas nas obras raras dos séculos XVI a XVIII. (BARDIN, 2011)

No que se referem aos incunábulo, impressos no Brasil no início do século XIX pela Imprensa Real, e aos exemplares da Tipografia Silva Serva, primeira tipografia particular autorizada em 1811, pelo Príncipe Regente, a funcionar na Província da Bahia essas obras possibilitam estudos e pesquisas que permitem compreender e interpretar os atos dos poderes constituídos no período sobre autorização e controle da informação no Brasil Império.

Concernente aos aspectos da preservação de patrimônio bibliográfico e documental universitário, a gestão de coleções raras e especiais requer uma visão crítica utilizando-se de critérios na definição e na avaliação, oferecendo de forma clara e embasada os principais elementos técnicos e legais no tratamento desse tipo de acervo. Nesse sentido, as práticas de descrição e organização, tanto no que se refere ao tratamento do material quanto aos expedientes, anexação e normalizações concernentes à formação e à estruturação de coleções de livros raros ou especiais em bibliotecas universitárias, devem estar ajustadas à política de acervo da instituição. (VIEIRA; ALVES, 2015)

Nessa lógica, com base em instrumentos normativos e técnicos, a coordenação do Lugares de Memória atua na gestão documental nos aspectos da aquisição, seleção, representação descritiva e preservação do patrimônio documental da UFBA por ele custodiado. Em 20 de agosto de 1984, a Portaria de Depósito Legal estabeleceu o cumprimento do “depósito obrigatório de toda documentação publicada, coeditada ou produzida pela UFBA”. Este instrumento legal permitiu a formação da Coleção da Editora

da UFBA (Edufba) cuja proposição além de salvaguardar o conjunto bibliográfico da editora universitária e suas antecessoras do mesmo modo garantiu a preservação da história e da memória intelectual e cultural da comunidade acadêmica da UFBA. Igualmente, destaca a importância das noções de memória e patrimônio na representatividade das 20 bibliotecas particulares de personalidades baianas de ex-professores e ex-reitores da universidade que configuram a Coleção de bibliotecas privadas de acadêmicos da UFBA,

Com prevalência das ciências humanas e sociais, pesquisadores, ex-reitores, ex-professores e intelectuais acumularam ao longo de anos de estudos, leituras e pesquisas riquíssimo material a respeito da nossa história e cuja trajetória pessoal e profissional também possibilita compreender como a memória biográfica de determinadas personalidades, vinculadas ou não à UFBA, se mescla, nas suas devidas proporções, à história da nossa Universidade, da nossa cidade e do nosso estado. (RIBEIRO; CORREA, 2020, v. 1, p. 86)

Constituída com variadas obras para uso exclusivo de estudos ou prazer pessoal, segundo Costa e Napoleone (2017, p. 1), “uma biblioteca particular é resultado da trajetória de vida de uma pessoa: através dela pode-se penetrar, conhecer e refletir sobre o mundo do colecionador”, portanto, tudo o que se insere ou se inscreve no interior e exterior desses livros é significativo e deve merecer tratamento especial.

Em princípio, todo tipo de intromissão e particularidades como dedicatórias, anotações marginais, marcações de página, materiais anexados às obras carregam marcas pessoais dos ilustres leitores/colecionadores. Para Cataldo e Loureiro (2019, p. 6),

[...] livros provenientes de bibliotecas privadas e que em determinado momento foram institucionalizados, [...] trazem consigo o lastro de seus donos e estão impregnados

de memória que em muitos casos conferem aos livros uma identidade.

Por conseguinte, fornecem elementos norteadores que podem ser utilizados na definição de acervos especiais custodiados, assim como oferece preciosos subsídios para o trabalho técnico organização dos acervos.

Nesse sentido, espera-se que a gestão de coleções raras e especiais esteja correlacionada à política de desenvolvimento de coleções das bibliotecas universitárias, a fim de compatibilizar as ações de desbastamento do acervo – remanejado ou descartado – com os critérios vigentes para a classificação de uma obra especial ou de um livro raro. Diante dessa constatação, é fundamental refletir sobre a definição e o sentido das coleções especiais, já que no atual momento estão sendo cada vez mais incorporadas às bibliotecas universitárias.

Arquivos: fios de memórias e testemunhos de vida

Surgido nos palácios do Oriente e do Ocidente para fins administrativos, durante a Idade Média (séculos XII a XVI), os arquivos se recompõem, criando instituições separadas das *bibliothecas*. Do século XVI ao século XVIII, institui serviços com o objetivo de recolher documentos de autoridade, constituído de valor jurídico, para finalmente “no século XIX ser atribuído ao documento valor de prova, contestação e testemunho, sendo que esse último valor com sentido de reconstituir a história [e memória de atos do passado]”. (ELIAS; PINTO, 2016, p. 18)

No Brasil, no ano de 1937, surgem atos legais¹ elaborados no intuito de guardar e preservar a memória nacional. Posteriormente,

a Lei de Arquivos² brasileira, instituída em 1991 também para atender a essa finalidade, define em seu artigo 12 a importância dos arquivos privados, quando afirma que eles “poderão ser identificados pelo Poder Público, como de interesse público e social, se considerados como fontes relevantes para a história e o desenvolvimento científico nacional”. Naturalmente, a universidade imbuída de sua missão não poderia deixar de atender a esse compromisso social.

Desse modo, no desempenho de sua finalidade institucional, o Lugares de Memória da UFBA, como ambiente informacional multidisciplinar, mantém em seu espaço, não só as bibliotecas particulares, mas os arquivos pessoais de ex-professores e arquivos institucionais recebidos por transferência de instituições e de grupos de pesquisas, referidos no Quadro 1. Recolhidos e custodiados, esses arquivos privados apresentam o escopo condizente com a definição de Schellenberg (1974, p. 19), que afirma:

Os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito num arquivo de custódia permanente.

Diante do valor simbólico e informacional, imprescindível aplicar recursos e técnicas que possam dar garantias para conservação preventiva, preservação³ e acesso aos arquivos privados, até que atinjam o *status* de patrimônio histórico documental quando estes documentos se constituem como prova ou memória, conforme se observa na literatura arquivística. (ELIAS; PINTO, 2016)

Quadro 1 – Arquivos Privados do Lugares de Memória do Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI) da UFBA

Arquivo	Arquivos Pessoais	
		Carlos Ott (Karl Borromaeus Ott) – 1908-1997
		Consuelo Pondé de Sena – 1934-2015
		Frederico Grandchamp Edelweiss – 1892- 1976
		Godofredo Rebelo de Figueiredo Filho – 1904-1992
		Ildásio Marques Tavares – 1940-2010
		José Calasans Brandão da Silva – 1915-2001
		Judith Grossman Telles – 1931-2015
		Luís Henrique Dias Tavares – 1926-2020
		Manoel Pinto de Aguiar – 1910-1991
	Arquivos Institucionais	
		Os Manuscritos da Coleção Santo Amaro-Manuscritos Baianos (AMB) – Séculos XVIII ao XX
		Diretoria da Instrução Pública da Bahia – Século XVIII
		Antigo Consulado Alemão da Bahia – 1905-1941.
		Assessoria de Segurança e Informação – Arquivo da Ditadura e Lutas Políticas – 1964-1985

Fonte: elaborado pelas autoras através de dados obtidos do acervo Lugares de Memória, no SIBI da UFBA.

No livro *Arquivos modernos*, traduzido para a língua portuguesa, no ano de 1974, Schellenberg (1974, p. 18) já recomendava que o “arquivista moderno” precisava de uma “nova definição para o termo arquivo”, pois, segundo o autor, selecionar da massa de documentos, organicamente acumulado por instituições públicas ou privadas, os que devem ser preservados permanentemente seria um problema para o arquivista. Ao se debruçar sobre a história

dos arquivos se constata que no decorrer dos tempos, a constituição e usos dos arquivos foram se modificando, diferenciando e, conseqüentemente, ampliando sua finalidade.

Na atualidade, ao refletir sobre a produção de informação na sociedade do conhecimento, observa-se que a profusão de documentos textuais e “documento não textual” tem-se ampliado em consequência da evolução técnica, científica e cultural ocorrida entre os séculos XX e XXI. Nesse sentido, o conceito de arquivo já amplamente debatido nos últimos dois séculos continua a passar por modificações conceituais, cuja intenção visa atender aos desafios de uma sociedade que cada vez mais produz, processa e disponibiliza informação e conhecimento.

No que compete aos arquivos institucionais, os documentos produzidos ou recebidos por instituições governamentais decorrem de suas atividades específicas e possuem uma relação e um processo de “[...] acumulações naturais, orgânicas, inocentes, transparentes, que o arquivista preserva de modo imparcial, neutro e objetivo” (COOK, 1998, p. 131-132), daí ser fundamental atuar a partir do estudo das atividades que geraram a documentação: sua organicidade.

Quanto aos arquivos pessoais, resultantes de atividade literária, administrativa, política, científica e cultural de um cidadão, embasam algumas reflexões sobre o ponto de vista da falta de unidade orgânica, sendo considerados “mais artificiais, antinaturais, arbitrários” por Cook (1998, p. 132), pois “[...] não possuem qualquer estrutura indicando que certos documentos foram ou deveriam ter sido criados/preservados [...]” (EASTWOOD; MACNEIL, 2017, p. 303), mesmo assim, pela relevância e o caráter permanente eles são conservados e preservados em definitivo, devido ao seu valor histórico.

Por conseguinte, esse tipo de documentação tem sido muito utilizado na pesquisa social e historiográfica, aprofundando diversas reflexões sobre o lugar que histórias de vida têm ocupado na pesquisa das Ciências Humanas. Porquanto reunidos em espólio, a acumulação de datiloscritos, tiposcritos e “documentos não textuais” igualmente tem sido fontes essenciais para subsidiar a escrita sobre a vida do produtor dos documentos arquivísticos em contextos de memórias e testemunhos de resgate contra o esquecimento.

Nesse contexto, podemos exemplificar dois arquivos pessoais custodiados no espaço. O primeiro, o Arquivo José Calasans, medindo aproximadamente 4,4 metros lineares que foi mapeado e identificado em planilha Excel. Esse instrumento de pesquisa além da identificação dos documentos textuais e iconográficos facilitou o acesso e a disseminação do acervo. Considerando o notório valor histórico, científico e cultural da documentação sobre a Guerra de Canudos (1896-1897), o espólio de José Calasans também foi objeto de pesquisa e projetos entre 2017 e 2018. (OLIVEIRA; SILVA, 2018)

O segundo exemplo, o Arquivo Godofredo Filho, é constituído de 14.550 itens documentais acumulados durante seus 88 anos de vida. Esse acervo sobre a vida, obra e pensamento do escritor-poeta encontra-se disponibilizado no Catálogo *on-line* resultado do Projeto “A metainformação em arquivos pessoais: ACESS para o Wikimedia (2016)” aprovado pelo Pibic na UFBA entre 2015 e 2016.

No tocante ao “documento não textual”, vale levar em consideração que a expressão “[...] ‘documento não textual’ se refere ao “documento cuja informação é constituída de sons, imagens, etc. [...]”. (ROUSSEAU; COUTURE, 1998, p. 288) Portanto,

custodia em seu espaço discos de vinil, cds, *slides*, plantas arquitetônicas, filmes HVS, pinturas e arquivo fotográfico com mais de três mil imagens de eventos acadêmicos, cerimônias de prêmios e posses, inaugurações de construções, manifestações políticas etc., do período de 1946 a 2012.

No que se refere ao acervo fotográfico, pela importância e para preservação da memória institucional da UFBA, foi aprovado pelo Pibic da UFBA (2018-2019) o Projeto “A documentação fotográfica nos reitorados da UFBA (1946-2010) – memória e informação (2019)”, cujo objetivo principal foi o mapeamento de informação, tratamento técnico, digitalização do acervo fotográfico do período 1946-2010.

O diagnóstico da documentação fotográfica do antigo Departamento Cultural da UFBA teve início em 17 de julho de 2018, por uma equipe composta de profissionais e estudantes de áreas interdisciplinares. Durante esse projeto, buscou-se especialmente compreender o contexto histórico em que foram produzidas as fotografias.

Para tanto, fez-se necessário realizar pesquisas para atribuir significados às imagens fotográficas, observando que os sentidos não deveriam ser representados tão somente por sua identificação temática, mas, similarmente pelo contexto funcional e simbólico e, assim, evitar uma abordagem metodológica empobrecedora. No que condiz ao mapeamento descritivo, foi composto a partir de anotações encontradas no verso de algumas fotografias, por depoimentos e testemunhos sobre os registros fotográficos, possibilitando a delimitação dos códigos exemplificados no Quadro 2 para o Plano de Classificação dos Documentos Fotográficos.

Quadro 2 – Códigos de registros das fotografias

RES-1_1-0001v / RES-1_1-0001r			
Código	Siglas	Numeração em ordem cronológica	Siglas
RES-1_1	R - REITORADO	0001v	v- verso
	E- EDGAR	0001r	r- reverso
	S- SANTOS		

Fonte: adaptado de Toutain, Oliveira e Barbosa (2019).

Para facilitar a pesquisa dos itens (fotográficos) identificados, é utilizada uma planilha Excel, como instrumento de pesquisa, cujo acesso ocorre após cumprir os procedimentos legais, em atendimento à Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Paralelo ao mapeamento, foi realizado a digitalização da documentação fotográfica. Essa migração do registro analógico para o digitalizado possibilita a disseminação do acervo, o acesso à informação com mais agilidade, além de contribuir para a preservação dos originais.

Por conseguinte, os resultados desse trabalho de pesquisa foram a preservação, a publicização e o acesso a esta significativa fonte de informação para a história e para a memória institucional da UFBA. Ao utilizar-se de informações de arquivo fotográfico como testemunhos simbólicos e visuais, surgem possibilidades de se compreender e reconstituir eventos e ações de personagens fotografados, além de se buscar uma compreensão dos fatos ocorridos, nos contextos e nos períodos registrados.

Figura 1 – Comemoração dos 20 Anos da UFBA



Fonte: arquivo fotográfico do Lugares de Memória, no SIBI da UFBA.

Ao contato com a fotografia ou com um arquivo privado, tem-se a princípio uma percepção de ser a memória um fenômeno individual. Entretanto, Halbwachs (1990) e Pollak (1992) contrapõem-se a ideia de existir meramente a memória individual uma vez que a memória também deve ser entendida como um fenômeno coletivo e social já que ao rememorar fatos passados esta resgata e se forma de elementos constitutivos e de acontecimentos vividos, vinculados a lembranças de grupos aos quais pertencemos. A fotografia como recurso informacional, portanto, ao complementar, confirmar ou aprofundar as informações relacionadas ao fato que está sendo lido ou estudado, nos dá subsídios para entender o mundo em diversas óticas.

Documentos de memória e a preservação digital para o não esquecimento

A importância da preservação dos documentos de memória perpassa pela compreensão do termo “documento”, uma vez que para Valente (1978, p. 177) nada impede o uso dos “termos testemunho, fonte, vestígio, marca, sinal” como sinônimos de documento, porquanto todos estão relacionados ao conceito de “prova”. No mesmo entendimento, Vicente Cortes Alonso (1989, p. 57) afirma que documento representa o “testemunho da atividade do homem, fixado em um suporte perdurável”, complementado por Otlet ([19--] apud ARAÚJO, 2014, p. 102), no sentido de que abarca fontes de informação e registros que possibilitam o testemunho nos mais diversos suportes, sejam textuais – impressos, manuscritos, digitais – ou não textuais – fotografia, escultura, pintura, imagem em movimento, registros fonográficos etc. – compondo acervos de representação da memória da humanidade.

As noções de patrimônio cultural naturalmente mantêm-se associadas às de memória, uma vez que os bens culturais são preservados em função da representação de sentidos e das conexões que mantêm com as identidades culturais. De acordo com Oriá (2004, p. 139), “a memória é, pois, imprescindível” visto que elucida o vínculo entre as gerações humanas “e o tempo histórico que as acompanha”. Sendo ícones de repositórios da memória, os bens culturais, seja materiais ou imateriais, constituem os elementos formadores do patrimônio, permitindo que o passado interaja com o presente, transmitindo conhecimento e formando a identidade cultural de um povo, de um grupo, de uma instituição. Sob esse ponto de vista, a identidade cultural, composta pelo conjunto de elementos híbrido e maleável cria um aspecto identitário para as culturas de determinadas sociedades.

Esse conjunto tende a seguir certos padrões que permitem a identificação essencial da cultura de um povo em distinção a outros, enquanto agrupamento cultural.

O Lugares de Memória da UFBA, como espaço que agrega bens portadores de memória: individual (coleções bibliográficas e arquivos pessoais de pesquisadores e personalidades baianas); institucional (publicações, documentos, produção científica da UFBA e arquivos institucionais); e coletiva (publicações, documentos e iconografias da Guerra de Canudos), coloca como meta de gestão, o cumprimento de práticas brasileiras e internacionais objetivando prioritariamente a preservação da memória e do acervo. Nessa perspectiva, participa mediante convênio da Rede Cariniana⁵ e aplica em suas atividades as normas instituídas pelo Arquivo Nacional, assim como aplica a política de proteção e de preservação do patrimônio cultural da Unesco com vista a salvarguardar suas coleções. (GHIRARDELLO, 2008)

Para tanto, surgem estudos e práticas voltadas para a preservação dos documentos não digitais (analógicos) no contexto dos arquivos e das coleções de obras raras e especiais com o objetivo a liberar o acesso democrático, ao tempo em que propõe estratégias e recursos tecnológicos compatíveis a garantir um legado para as próximas gerações, conforme a Declaração Universal Sobre os Arquivos (2010, p. 1):

Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuir para a constituição e salvaguarda da memória individual e coletiva. O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida.

Logo, ao se pensar em preservação, faz-se necessário compreender a indispensabilidade de políticas voltadas aos cuidados dos

acervos sejam públicos ou privados cujos recursos de preservação são essenciais, principalmente quando se verifica riscos de perda ao patrimônio documental da instituição. E foi pensando neste tipo de circunstância que

O desafio proposto para a realização do ‘Plano Diretor Institucional - PDI Inventário Patrimônio Artístico da UFBA Política de Preservação, Conservação e Restauração’ (2014) provocou uma reflexão quanto ao procedimento a ser adotado para a realização do mapeamento do patrimônio artístico e literário [...]. (TOUTAIN; LIMA; RIBEIRO 2016, p. 376)

Estabelecido 11 em etapas, o mapeamento do patrimônio artístico da UFBA, iniciado em 2015, contou com 11 bolsistas que realizaram o levantamento e o registro oficial da quantidade e diversidade dos acervos patrimoniais que possui a instituição.

Entretanto, vale considerar que as tecnologias de informação estão em constante mudança, impactando as práticas sociais de produção, uso e disponibilização de documentos, sejam analógicos ou digitais. Nesse sentido, compreende-se ser imprescindível estar atento aos acervos mistos, conforme Santos e Flores (2017, p. 29), quando afirmam que “[...] os acervos se tornaram mistos, compostos por documentos em suportes analógicos e digitais, sendo que a preservação digital surge em virtude das peculiaridades dos suportes eletrônicos”.

No indicativo aos documentos analógicos, a digitalização de acervos é uma das ferramentas essenciais para a preservação. O processo de conversão de um documento para o formato digital, por meio de dispositivo apropriado, proporciona a preservação de documentos originais, uma vez que reduz o manuseio do documento em suporte papel. Quanto aos documentos digitais produzidos no contexto tecnológico digital – objetos nato-digitais – ou obtidos a

partir de suportes analógicos – objetos digitalizados –, a preservação se constitui como uma estratégia para garantir a longevidade dos documentos digitais. Para Márdero Arellano (2008, p. 23),

O tema da preservação dos documentos digitais está cada vez mais presente entre os criadores e gerenciadores de coleções digitais. Para aqueles que começam a enfrentar a possibilidade de não poder recuperar informações produzidas há 5 ou 10 anos, é vital contar com estratégias que garantam a persistência desses dados.

No atual contexto de crescente produção de informação e documentos em formato digital, em função da praticidade que as novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) proporcionam para a sociedade, surgem novos paradigmas convergentes sobre a importância vital da preservação digital para memória e o não esquecimento.

Considerações

Coleções especiais de registros, de documentos, de objetos entre outros propiciam interações entre história, memória e identidade. Este capítulo buscou verticalizar acerca das coleções especiais e dos arquivos custodiados em universidades, que servem para contar a história e resguardar a memória de uma sociedade. Nesse aspecto, o texto aborda sobre as coleções especiais e os arquivos históricos do Lugares de Memória da UFBA e apresenta um panorama das ações e processos de gestão com finalidade de possibilitar a pesquisa e o acesso democrático.

No que diz respeito às bibliotecas pessoais, ainda são escassas as políticas de aquisição desses acervos especiais nas bibliotecas universitárias, mesmo a despeito de já se ter noção da importância

desses acervos para reforçar a missão de suporte às atividades de pesquisa acadêmica. Vale ressaltar que são acervos que se originaram não pelo acúmulo aleatório, mas narram a vida afetiva – leitura do prazer –, intelectual – leitura de formação – e profissional – leitura de capacitação – de seus proprietários/doadores.

Nesse viés, para a representação descritiva de uma obra especial, além da experiência profissional, é indispensável o conhecimento dos aspectos históricos dos registros bibliográficos, pelo viés da Bibliografia Material e da História do Livro, com vistas a atender as especificidades e particularidades dessas obras nos espaços de memória.

Na mesma linha de abordagem, enfocou sobre a importância das tecnologias de informação e de comunicação para preservação dos documentos analógicos e digitais, no atual momento. Além disso, cita os impactos dos projetos realizados para as práticas documentais e arquivísticas no que concerne à produção, ao acesso e à publicização de coleções especiais e documentos históricos.

Por fim, foi imprescindível ratificar que a presença de coleções especiais é uma realidade de suma importância para a universidade, uma vez que enriquece e diversifica o acervo acadêmico e, nesse contexto, as produções científicas e culturais do espaço Lugares de Memória da UFBA demandam ainda serem exploradas e pesquisadas.

Notas

¹ Ver: Brasil (1937).

² Ver: Brasil (1937).

³ Conservação – medidas políticas, administrativas e operacionais que contribuem direta ou indiretamente para a conservação da integridade dos acervos

e dos espaços que os abrigam. Preservação trata-se de toda a ação que se destina à salvaguarda dos registros documentais.

⁴ Ver: <http://www.webgodofredofilho.ufba.br/>.

⁵ Convênio entre UFBA e Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Ver em: <https://cariniana.ibict.br/index.php/institucional/cariniana>.

Referências

ARAÚJO, C. A. Á. *Arquivologia, biblioteconomia, museologia e ciência da informação*. Brasília, DF: Brinquet de Lemos; São Paulo: ABRAINFO, 2014.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Ed. 70, 2011.

BRASIL Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 129, n. 6, p. 453-455, 9 jan. 1991.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 24056, 6 dez. 1937.

BRASIL. Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, ano 148, n. 221-A, p. 1-4, 18 nov. 2011. Edição extra.

CATALDO, F.; LOUREIRO, M. L.N. M. Afinal, os objetos falam? Reflexões sobre objetos, coleções e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 20., 2019, Florianópolis. *Anais [...]*. Florianópolis: UFSC, 2019. p. 1-20. Disponível em: <https://conferencias.ufsc.br/index.php/enancib/2019/paper/view/951>. Acesso em: 20 dez. 2020.

COOK, T. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Revista Estudos Históricas*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>. Acesso em: 5 jan. 2021.

CORTES ALONSO, V. *Manual de archivos municipales*. Madrid: Anabad, 1989.

COSTA, I.D. G.; NAPOLEONE, L. M. Bibliotecas particulares e coleções especiais: diferentes perspectivas. In: ENCUENTRO NACIONAL DE INSTITUCIONES CON FONDOS ANTIGUOS Y RAROS, 4., 2017, Buenos Aires. *Actas eletrônicas [...]*. Buenos Aires: Biblioteca Nacional

- Mariano Moreno, 2017. Disponível em: <https://www.bn.gov.ar/resources/conferences/pdfs/32/2-Costa%20y%20Napoleone%20-%20ponencia.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2021.
- EASTWOOD, T.; MACNEIL, H. *Correntes atuais do pensamento arquivístico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2017.
- ELIAS, E. D.; PINTO, A. L. *Métricas em arquivos universitários*. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2016.
- GHIRARDELLO, N.; SPISSO, B.; FARIA, G. G. M. *Patrimônio histórico: como e por que preservar*. Bauru: Canal 6, 2008.
- HALBWACHS, M. A. *Memória coletiva*. São Paulo: Vértice: Revista dos Tribunais, 1990.
- LE GOFF, J. Patrimônio histórico, cidadania e identidade cultural: o direito à memória. In: BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 139.
- MÁRDERO ARELLANO, M. Á. *Critérios para a preservação digital da informação científica*. 2008. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Departamento de Ciência da Informação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, DF, 2008. Disponível em: http://bdt.d.bce.unb.br/tesesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=4547. Acesso em: 13 set. 2020.
- MIRANDA, Z. D.; BRANCO, D.; LIMA, V. L. et al. *A metainformação em arquivos pessoais: ACESS para o Wikimedia: Projeto PIBIC /UFBA – 2015-2016*. Salvador, 2016.
- NARDINO, A. T. D.; CAREGNATO, S. E. O futuro dos livros do passado: a biblioteca digital contribuindo na preservação e acesso às obras raras. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 381-407, 2005. Disponível em: <https://soparararos.files.wordpress.com/2019/01/nardino-em-questao-2005.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101>. Acesso em: 15 dez. 2020.
- OLIVEIRA, J.; SILVA, C. *Identificação dos documentos do Arquivo Pessoal de José Calasans sobre a Guerra de Canudos: Projeto Permanecer nº 13100*. Salvador, 2018.
- ORIÁ, R. Memória e ensino de história. In: BITTENCOURT, C. (org.). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2004, p. 128-148. (Repensando o Ensino).
- POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgdef.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.
- RIBEIRO, L. B. Manias, trechos, objetos e coleção – memória, descarte e velhice nas narrativas quadrinísticas de urbano, o aposentado. In: ENCONTRO REGIONAL DA ANPUH/RIO, 14., 2010, Rio de Janeiro.

- Anais* [...]. Rio de Janeiro: Unirio, 2010. Disponível em: www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276700719_ARQUIVO_anpuh2010textocompleto.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.
- RIBEIRO, M. A. S.; CORREIA, T. S. “Lugares de Memória” da UFBA: espaço de cultura história e pesquisa acadêmica. In: LOSE, A. D.; MAGALHÃES, L. B. S.; QUERINO, C. C. F. G.; LUZ, E. C. *et al.* (org.). *Pesquisando acervos*. Salvador: Memória & Arte, 2020. v. 1, p. 83-102.
- ROUSSEAU, J.-Y.; COUTURE, C. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- SANTOS, H. M.; FLORES, D. Os impactos da obsolescência tecnológica frente à preservação de documentos digitais. *Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends*, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 28-37, 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/394/showToc>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- SCHELLENBERG, T. R. *Arquivos modernos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1974.
- TOUTAIN, L. B.; LIMA, A. M. C.; RIBEIRO, M. A. S. *RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 14, n. 3, p. 368-386, 2016. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/394/showToc>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- TOUTAIN, L. M. B.; OLIVEIRA, J.; BARBOSA, J. A. S. *A documentação fotográfica nos reitorados da UFBA (1946-2010): Projeto PIBIC /UFBA – 2018-2019*. Salvador, 2019.
- TOUTAIN, L. M. B.; RIBEIRO, M. A. S.; BARBOSA, J. A. S. *Estudo das representações sociais dos séculos XVI a XVIII nas obras raras de Lugares de Memória do SIBI/UFBA: Projeto PIBIC 2017/2018*. Salvador, 2018.
- TOUTAIN, L. M. B.; SILVA, R. R. G. (org.). *UFBA: do século XIX ao século XXI*. Salvador: Edufba, 2010. (Coleção Memorial, v. 1).
- UNESCO; INTERNATIONAL COUNCIL NA ARCHIVES. *Declaração Universal sobre os Arquivos*. [S. l.: s. n.], 2010. Disponível em: https://www.ica.org/sites/default/files/ICA_2010_Universal-Declaration-on-Archives_PT.pdf. Acesso em: 15 dez. 2020.
- VALENTE, J. A.V. Acerca de Documento. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 11, n. 3-4, p. 177-198, 1978. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/issue/view/394/showToc>. Acesso em: 5 dez. 2020.
- VIEIRA, B. V.G.; ALVES, A. P. M. (org.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. (Coleção Memória da FCL, n. 3).